



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

119

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0207228-0 RECIFE/PE

**APELANTE: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO
DPVAT S/A**

ADVOGADO: PAULO HENRIQUE MAGALHÃES BARROS PE015131

APELADO: ROSIVALDO FERREIRA DE LIMA

ADVOGADO: ROSELANE MARIA BARBOSA DA SILVA PE026467

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

DATA DO

JULGAMENTO: 30 DE JANEIRO DE 2013

EMENTA – APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA (DPVAT). REDAÇÃO ORIGINAL DA LEI DE REGÊNCIA. APLICABILIDADE. INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL À EXTENSÃO DO DANO.

1. O seguro obrigatório foi criado pela Lei nº 6.194/74. Essa norma foi alterada pela Lei nº 11.482, de 31/05/07, a qual entrou em vigor na data de sua publicação, depois, portanto, do fato ensejador do seguro DPVAT.

2. Em caso de invalidez parcial, o pagamento do seguro DPVAT deve, por igual, observar a respectiva proporcionalidade. Precedentes do STJ.

3. Assim, tendo em vista a ausência de prova capaz de determinar a incapacidade do apelado, mas considerando que a indenização deva ser fixada variavelmente, reduzo o montante indenizatório a 10% (dez por cento), a serem incidentes sobre 40 (quarenta) salários mínimos vigentes na data do sinistro.

4. Por maioria, foi provido o apelo, nos termos do voto divergente do E. Des. Alberto Nogueira Virgínio.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível nº 0207228-0, em que são partes as acima nominadas, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível deste Tribunal, por maioria, em dar provimento ao recurso, na conformidade do voto divergente do E. Des. Alberto Nogueira Virgínio e do termo de julgamento que integram o presente aresto.

Recife, 21 de março de 2013.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

TJPE
FLS.
125
us.

APELAÇÃO CÍVEL Nº 207228-0 - RECIFE/PE
APELANTE: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
ADVOGADO: PAULO HENRIQUE MAGALHÃES BARROS
APELADO: ROSIVALDO FERREIRA DE LIMA
ADVOGADA: ROSELANE MARIA BARBOSA DA SILVA
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
RELATOR SUBSTITUTO: DES. EURICO DE BARROS CORREIA FILHO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Cuida-se de apelação interposta em face de sentença que julgou parcialmente procedente o pedido do apelado, formulado nos autos da Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, condenando a seguradora ao pagamento da complementação do seguro obrigatório no valor de R\$ 9.730,00 (nove mil, setecentos e trinta reais), com atualização monetária e juros legais, bem como ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios.

O apelante alega, em síntese, que o autor não logrou demonstrar a invalidez permanente, não fazendo jus, portanto, à complementação do pagamento. Defende, ainda, que o valor pago foi o efetivamente devido, em consonância com o grau de invalidez apurado na perícia e o disposto na tabela constante da circular da SUSEP nº 29/1991. Tece considerações acerca da legislação aplicável, destacando a impossibilidade de vinculação da indenização ao salário mínimo. Por fim, requer a reforma da sentença, para que seja julgado totalmente improcedente o pleito autoral, ou, eventualmente, seja observada a vigência da Lei 11.482/2007, para fixar o pagamento até o valor máximo de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

O apelado apresentou as contrarrazões de fs. 106/109, nas quais pugna pela manutenção da sentença atacada.

É o relatório.

Diante da desnecessidade de revisão, eis que processado sob o rito sumário, remeta-se o feito diretamente à pauta, nos termos do parágrafo único do art. 76 do Regimento Interno do TJPE.

Recife, 16 de janeiro de 2013.


EURICO DE BARROS CORREIA FILHO
Desembargador Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

128

10-119
APELAÇÃO CÍVEL Nº 207228-0 - RECIFE/PE
APELANTE: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
ADVOGADO: PAULO HENRIQUE MAGALHÃES BARROS
APELADO: ROSIVALDO FERREIRA DE LIMA
ADVOGADA: ROSELANE MARIA BARBOSA DA SILVA
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
RELATOR SUBSTITUTO: DES. EURICO DE BARROS CORREIA FILHO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

VOTO

Cinge-se a controvérsia em saber se o autor, ora apelado, faz jus à complementação da indenização recebida a título de seguro obrigatório (DPVAT).

O juiz *a quo* entendeu que "a indenização é devida em valor proporcional à invalidez, observada a tabela expedida pelo órgão regulador competente, segundo a qual, em caso de perda total de um dos membros inferiores (sic), faz jus a vítima à indenização de 70% do limite máximo indenizável de 40 (quarenta) salários mínimos vigentes à data do pagamento efetuado na via administrativa, considerando o texto legal em vigor à data do sinistro [...]" (f. 89)

Não merece qualquer reparo a sentença vergastada.

Com efeito, o acidente narrado nos autos ocorreu em 15.06.06, tendo a vítima recebido na esfera administrativa o montante de R\$ 1.890,00 (hum mil oitocentos e noventa reais), tendo ajuizado a presente demanda objetivando o recebimento da diferença até o limite de 40 (quarenta) salários mínimos vigentes à época do fato, a saber, R\$ 9.730,00 (nove mil setecentos e trinta reais).

Com efeito, as operações de seguro no Brasil são regulamentadas pelo Decreto-Lei 73, de 21 de novembro de 1966, instrumento normativo denominado de "Lei do Seguro", que, apesar de inúmeras reformas, ainda é a regramento que disciplina de forma abrangente as operações securitárias em nosso país.

Em seu art. 20 o aludido decreto enumera diversos seguros obrigatórios que devem ser instituídos por lei e têm contratação compulsória, com o intuito de proteção da população, razão pela qual são caracterizados como de caráter social.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

129

Dentre estes consta o Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT, o qual tem por objetivo indenizar as vítimas de acidentes causados por veículos automotores nas vias terrestres.

No que tange à sua normatização, o DPVAT foi instituído pela Lei nº 6.194/74, norma esta que estabeleceu diferentes coberturas para vítimas, a saber: indenização por morte, indenização por invalidez permanente, reembolso das despesas de assistência médica e suplementares, etc.

Tais indenizações eram, inicialmente, fixadas em salários mínimos, o que ensejou inúmeros questionamentos na Justiça por parte das empresas seguradoras. Atualmente, contudo, não mais persiste qualquer discussão sobre a matéria visto que a verba indenizatória foi fixada na moeda corrente do país, nos termos da Lei nº 11.482/07.

De qualquer forma, registro que após a edição da Lei nº 6.174/74 diversas outras leis foram editadas derogando alguns dispositivos daquele instrumento normativo originário ou inovando propriamente no ordenamento jurídico por passar a disciplinar pela primeira vez determinados assuntos/temas.

A título ilustrativo, registro que as seguintes leis foram editadas acerca do DPVAT:

- Lei nº 6.194/74
- Lei nº 8.441/92
- Lei nº 11.482/07 (conversão da MP nº 340/05)
- Lei nº 11.945/09 (conversão da MP nº 451/08)

Outro ponto importante a ser destacado diz respeito aos valores devidos em decorrência das indenizações por invalidez.

Isto porque, num primeiro momento não havia qualquer previsão legal de graduação referente ao montante fixado na norma, ou seja, pelo simples fato do acidente ter ensejado a invalidez permanente a indenização era paga no valor absoluto estipulado em lei, ou seja, a norma estabelecia de forma genérica o resultado "invalidez".

Acontece que, no intuito de regulamentar a matéria, o Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP editou a Resolução nº

w/ccfr



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

130

56/2001 prevendo uma graduação no pagamento das indenizações nos casos de invalidez, o que ensejou o entendimento das seguradoras de promoverem o pagamento da indenização do seguro DPVAT de forma gradual.

Irresignados, os interessados passaram a questionar na Justiça a referida graduação na medida em que sua utilização não era decorrente de lei, tendo esta tese sido acolhida pelos Tribunais.

Neste aspecto, filio-me à corrente que defende a incompetência do CNSP para editar qualquer regra que contrarie ou disponha de forma diversa às normas estabelecidas nas leis acima referidas, notadamente, diante do fato de que estaria aquele órgão administrativo ultrapassando sua função meramente regulamentadora.

Frise-se que a norma administrativa não encontra respaldo na lei de regência, visto que não há na norma qualquer previsão de classificação ou limitação da invalidez como critério para pagamento da verba indenizatória.

Em assim sendo, qualquer graduação do pagamento do seguro DPVAT nos casos de indenização por invalidez somente poderia ocorrer a partir de 16.12.08, data em que passou a vigorar a Medida Provisória nº 451/08, posteriormente, convertida na Lei nº 11.945/09, instrumento apto a promover a referida alteração legal.

Neste sentido, trago à colação:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. COMPROVADA POR MEIO DE PERÍCIA DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL. DESCABIMENTO DE GRADUAÇÃO DE SEQUELA. A TABELA PREVISTA NA CIRCULAR DA SUSEP Nº 29/1991 NÃO PODE DISCIPLINAR CONTRARIAMENTE AO DISPOSTO NO ART. 3º, B, DA LEI Nº 6.194/74. COMPROVADA A INVALIDEZ PERMANENTE DO AUTOR É DEVIDO O VALOR INTEGRAL DA INDENIZAÇÃO. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO NÃO UNÂNIME. Consta nos autos exame de perícia traumatológica, realizado pelo Instituto de Medicina Legal Antônio Persivo Cunha, que comprova a invalidez permanente do apelado. A tabela prevista na circular da SUSEP nº 29/1991 não pode disciplinar de modo contrário ao disposto no art. 3º, b, da Lei n. 6.194/74, tendo em vista que os regulamentos não podem disciplinar matéria prevista em Lei de forma diversa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

131

(TJPE; APL 0208773-4; Recife; Sexta Câmara Cível; Rel. Des. Eduardo Augusto Paurá Peres; Julg. 11/05/2010; DJEPE 15/07/2010).

AGRAVO SEQUENCIAL. MANIFESTO CONFRONTO COM JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DESTES TRIBUNAL. FUNDAMENTO SUFICIENTE A AMPARAR O JULGAMENTO MONOCRÁTICO. EXEGESE DO ARTIGO 557, CAPUT, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COMPLÇÃO. MONTANTE INDENIZATÓRIO. PAGAMENTO PROPORCIONAL COM BASE NO RECONHECIMENTO DAS LESÕES PERMANENTES. GRAU DE INVALIDEZ. INCAPACIDADE/DEBILIDADE. AUSÊNCIA DE DISTINÇÃO EM LEI. (...) O artigo 3º, alínea b, da Lei n. 6.194/1974 não faz distinção entre invalidez total (incapacidade permanente) ou parcial (debilidade permanente), razão pela qual é devida a reparação indenizatória no valor estabelecido no diploma legal, vedada ao magistrado a análise do mérito acerca da extensão do dano sofrido. Por esse motivo, não prospera o argumento de que seria obrigatório observar a proporcionalidade em casos de invalidez em razão da utilização da preposição "até" na alínea b do artigo 3º da Lei n. 6.194/1974. Não são aplicáveis as resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados porquanto elas dispõem de modo contrário à lei e afrontam o princípio constitucional da legalidade ao disciplinarem matéria reservada a decreto legislativo. Não se desconhece a existência dos atuais precedentes do Superior Tribunal de Justiça que permitem pagamento da indenização de acordo com o grau de invalidez do segurado. Contudo, necessário registrar que esses posicionamentos ainda são isolados e não refletem o modo de pensar majoritário daquele tribunal superior e desta Corte de Justiça, razão pela qual, mantém-se, por ora, o entendimento preponderante..... (TJSC. AC 86303 SC 2011.008630-3. Rel. Des. Jairo Fernandes Gonçalves)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DA DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA GARANTIDA PELA INVALIDEZ PERMANENTE. DPVAT. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. REJEITADA. NEGADO PROVIMENTO AO APELO. Preliminar de ilegitimidade passiva ad causam- Rejeitada

4



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

132

mandatária das seguradoras participantes do convênio DPVAT, por ser a fonte pagadora, deve ser responsabilizada pela complementação da quantia paga a menor. A Lei nº 6.194/74 dispõe que a indenização, no caso de invalidez, será de 40 (quarenta) salários mínimos, independente do grau de invalidez. (TJPE; APL 0209415-1; Recife; Sexta Câmara Cível; Rel. Des. Antonio Fernando Araujo Martins; Julg. 11/05/2010; DJEPE 09/06/2010).

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DIREITO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DO PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT. APELO IMPROVIDO. 1. A Lei vigente na data do acidente, tratando-se de direito material, é que regula a indenização devida pelo fato. 2. Sinistro ocorrido em 16 de janeiro de 2006. 3. Aplicável ao caso a Lei nº 6.194/74 sem as alterações trazidas pela Lei nº 11.482/2007. 4. Acidente resultou em debilidade permanente do membro superior esquerdo. 5. Inaplicável a tabela de proporcionalidade em razão do grau de debilidade. 6. Apelo improvido em decisão unânime. (TJPE. APL 0200491-5; Itaquitinga; Quarta Câmara Cível; Rel. Des. Josué Antônio Fonseca de Sena; Julg. 29/04/2010; DJEPE 25/05/2010)

No caso em tela, o autor/apelado já recebeu administrativamente parte do valor pretendido a título de indenização pelo seguro DPVAT, ou seja, houve o reconhecimento por parte da apelante quanto a natureza da mazela/seqüelas que acometeram a vítima em decorrência do acidente descrito na inicial.

Assim sendo, descaberia neste momento qualquer debate sobre a natureza ou grau da invalidez que acometeu a vítima já que o acidente ocorreu em 15.06.06, ou seja, período no qual não havia qualquer previsão legal no que tange ao pagamento proporcional das indenizações do seguro DPVAT nos casos de invalidez permanente, o que somente foi incorporado em nosso ordenamento jurídico a parti da vigência da MP ° 451/08, datada de 16.12.08, posteriormente, convertida na Lei nº 11.945/09.

Ou seja, até a vigência da supramencionada medida provisória, constatada a invalidez permanente da vítima de acidente automobilístico era devido o valor "cheio" da indenização do seguro DPVAT independente de qualquer mensuração ou graduação da seqüela que acometia a vítima.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

133.

Portanto, mostra-se devido o pagamento da diferença determinada na sentença recorrida.

Isto posto, voto no sentido de **negar provimento** ao presente recurso.

Recife, 30 de Janeiro de 2013.


Eurico de Barros Correia Filho
Des. Revisor



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL – 30/01/2013

APELAÇÃO Nº 207228-0 – RECIFE

APELANTE: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO
DPVAT S.A.

APELADO: ROSIVALDO FERREIRA DE LIMA

RELATOR: DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS CORREIA FILHO

(RELATÓRIO CONSTANTE DA FL. 125 DOS AUTOS.)

(VOTO DO RELATOR CONSTANTE DAS FLS. 128/133 DOS AUTOS.)

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA (PRESIDENTE)

A divergência, anteriormente pontuada, ele entende que qualquer invalidez enseja, dá direito à percepção integral do seguro. Nós, aqui da Segunda Câmara, temos um entendimento de que a invalidez, nada obstante permanente, deverá ser equacionada de forma proporcional, graduada, de acordo com a lesão, culminando, no meu modesto entender, no ápice, com a morte, que ensejaria o pagamento integral do seguro.

DESEMBARGADOR ALBERTO VIRGÍNIO

Exatamente.

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS CORREIA FILHO (RELATOR)

Fazendo uma exceção, não toda invalidez, é a invalidez permanente. No meu caso, entendo assim – invalidez permanente.

DESEMBARGADOR ALBERTO VIRGÍNIO

Meu voto, pedindo licença ao Desembargador Eurico, para discordar de Sua Excelência e votar como há pouco, e pedir, inclusive, que a Taquigrafia faça acrescer ao meu voto os fundamentos que trouxe, há pouco, na Apelação de Nº 292902-8, para dar provimento ao apelo ... (interrompido).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA (PRESIDENTE)

Reconhecendo a gradação ... (interrompido).

DESEMBARGADOR ALBERTO VIRGÍNIO

Exatamente.

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA (PRESIDENTE)

Para a indenização do seguro DPVAT.

DESEMBARGADOR ALBERTO VIRGÍNIO

Exatamente. É como voto. (SEGUEM NESTAS NOTAS OS FUNDAMENTOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR ALBERTO VIRGÍNIO NA APELAÇÃO 292902-8).

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA (PRESIDENTE)

Vou pedir licença ao eminente Relator e acompanhar a conclusão e os fundamentos adotados pelo eminente Desembargador Alberto Virgínio e proclamo o resultado:

DECISÃO

"POR MAIORIA DE VOTOS FOI DADO PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DIVERGENTE DO EMINENTE DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO, QUE FICA DESIGNADO PARA LAVRATURA DO ACÓRDÃO".
